

Judith Butler

Corpos que importam: sobre os limites discursivos do sexo

Da construção à materialização

A relação entre cultura e natureza que é pressuposta por alguns modelos de “construção” de gênero implica uma cultura ou uma atuação do social sobre a natureza, que é pressuposta como uma superfície passiva, fora do social e ainda assim sendo a sua necessária contrapartida. Uma pergunta que as feministas têm feito, então, é se o discurso que descreve a ação de construção como uma espécie de direcionamento ou imposição não é tacitamente masculino, ao passo que a descrição da superfície passiva, que espera pelo ato de penetração com o qual o significado é adicionado, não é tácita ou – talvez - obviamente feminina. O sexo está para o gênero assim como o feminino está para o masculino? ⁽³⁾

Outras intelectuais feministas argumentaram que o próprio conceito de natureza precisa ser repensado, pois o conceito de natureza tem uma história, e a descrição da natureza como uma página em branco e sem vida, por assim dizer, como já estivesse sempre morta, é decididamente moderna, talvez ligada ao surgimento dos meios tecnológicos de dominação. De fato, tem sido argumentado que um repensar da “natureza” como um conjunto de inter-relações dinâmicas se adapta tanto aos objetivos feministas e ecológicos (e para alguns isso produziu uma aliança, improvável de outra forma, com o trabalho de Gilles Deleuze). Este repensar também questiona o modelo de construção no qual o social age de forma unilateral sobre o natural e investe-o com os seus parâmetros e significados. Na verdade, na medida em que a distinção radical entre sexo e gênero tem sido crucial para as versões do feminismo inspiradas em Simone de Beauvoir, ela tem sido alvo de críticas nos últimos anos por degradar o natural como aquilo que está “antes” da inteligibilidade, na carência da marca do social, se não de seu desfiguramento, para significar, para ser conhecido, para adquirir valor. Com isso perde-se de vista que a natureza tem uma história, e não apenas uma história social, mas, também, que o sexo é posicionado de forma ambígua em relação a esse conceito e sua história. O conceito de “sexo” é em si mesmo um terreno conturbado, formado por uma série de contestações sobre qual deveria ser o critério decisivo para a distinção entre os dois sexos; o conceito de sexo tem uma história que é coberta pela figura do lugar ou da superfície de inscrição. Descrito como um tal local ou superfície, no entanto, o natural é interpretado como algo que também é sem valor; além disso, ele assume o seu valor ao mesmo tempo que assume seu caráter social, ou seja, ao mesmo tempo que renuncia-se à natureza como natural. Assim, de acordo com este ponto de vista, a construção social do natural pressupõe o cancelamento do natural pelo social. Na medida em que ela depende desta interpretação, a distinção entre sexo/gênero baseia-se em linhas paralelas; se o gênero é o significado social que o sexo assume em uma determinada cultura - e para o bem do argumento vamos considerar que “social” e “cultural” sejam expressões permutáveis - então, o que, se é que alguma coisa, resta do “sexo”, uma vez

· Butler, Judith. *Bodies that matter: On the discursive limits of “sex”*. Routledge, 1993. O trecho que traduzi é a segunda seção da introdução do livro. Esta tradução foi feita como parte das atividades do PIBID-UFSM e destina-se exclusivamente ao uso pessoal daqueles interessados nas discussões aqui implicadas. (Ronai Rocha, Maio de 2015)

que ele assumiu o seu caráter social como gênero? Está em causa o significado de “assumir”, onde “assumido” é ser levado para uma esfera mais elevada, como em “a Assunção da Virgem.” Se o gênero consiste nos significados sociais que o sexo assume, então o sexo não *acumula* significados sociais como propriedades aditivas, mas, em vez disso, é substituído pelos significados sociais que ele leva adiante; o sexo é abandonado no decurso dessa assunção, e o gênero surge, não como um termo em um relacionamento contínuo de oposição ao sexo, mas como o termo que absorve e desloca o “sexo”, a marca da sua substanciação em gênero ou aquilo que, a partir de um ponto de vista materialista, pode constituir uma completa *desubstanciação*.

Quando a distinção sexo/gênero é ligada a uma noção de construtivismo linguístico radical, o problema torna-se ainda mais difícil, pois o “sexo” que é referido como anterior ao gênero será ele mesmo uma postulação, uma construção, oferecida na linguagem como algo que é anterior a ela mesma, anterior à construção. Mas esse sexo posto como anterior à construção, em virtude de ser postulado, tornar-se-á o efeito da própria postulação, a construção da construção. Se o gênero é a construção social do sexo, e se não há acesso a esse “sexo” exceto por meio de sua construção, então parece não apenas que o sexo é absorvido pelo gênero, mas que o “sexo” torna-se algo como uma ficção, talvez uma fantasia, retroativamente instalada em um local pré-linguístico para o qual não há acesso direto.

Mas é certo afirmar que o “sexo” desaparece por completo, que ele é uma ficção sobre e contra o que é verdadeiro, que é uma fantasia sobre e contra o que é a realidade? Ou será que estas mesmas oposições devem ser repensadas de tal modo que, se o “sexo” é uma ficção, é uma ficção dentro de cujas necessidades vivemos, sem a qual a própria vida seria impensável? E se o “sexo” é uma fantasia, é talvez um campo fantasmático que constitui o próprio terreno da inteligibilidade cultural? Será que um tal repensar dessas oposições convencionais implica um repensar do “construtivismo” em seu sentido usual?

A posição construtivista radical tendeu a produzir a premissa que tanto refuta quanto confirma a sua própria empreitada. Se essa teoria não pode tratar o sexo como o local ou a superfície em que ela atua, então ela acaba presumindo o sexo como o não-construído e assim reconhece os limites do construtivismo linguístico, inadvertidamente, circunscrevendo o que permanece inexplicável dentro dos termos da construção. Se, por outro lado, o sexo é uma premissa artificial, uma ficção, então o gênero não pressupõe um sexo sobre o qual atua, mas ao contrário, o gênero produz o equívoco de um “sexo” pré-discursivo, e o significado da construção torna-se o do monismo linguístico, em que tudo é apenas e sempre linguagem. Então, o que se segue é um debate exasperado que muitos de nós estamos cansados de ouvir: Ou (1) o construtivismo é reduzido a uma posição do monismo linguístico, em que a construção linguística é entendida como sendo geradora e determinista. Os críticos que fazem essa presunção costumam dizer: “Se tudo é discurso, como fica o corpo?”, ou (2) quando a construção é figurativamente reduzida a uma ação verbal que parece pressupor um sujeito, os críticos que trabalham dentro de uma tal presunção costumam dizer: “Se o gênero é construído, então quem o constrói?”; embora, é claro (3) a formulação mais pertinente desta questão é a seguinte: “Se o sujeito é construído, então quem está construindo o sujeito?” No primeiro caso, a construção ocupa o lugar de uma agência divina que não apenas causa, mas compõe tudo que é o seu objeto; é o performativo divino, que cria e constitui exaustivamente o que ele nomeia, ou, ao contrário, é aquele tipo de referência transitiva que nomeia e inaugura de uma só vez. Pois algo a ser construído, de acordo com este ponto de vista da construção, é algo a ser criado e determinado por meio desse processo.

No segundo e terceiro casos, as seduções da gramática parecem manter sua influência; o crítico pergunta, não deve haver um agente humano, um sujeito, se quiserem, que orienta o rumo da construção? Se a primeira versão do construtivismo pressupõe que a construção opera de forma determinística, fazendo uma paródia da agência humana, a segunda compreende o construtivismo como pressupondo um sujeito voluntarista que faz o seu gênero por meio de uma ação instrumental. Uma construção é entendida neste último caso como sendo uma espécie de artifício manipulável, uma concepção que não só pressupõe um sujeito, mas reabilita precisamente o sujeito voluntarista do humanismo que o construtivismo, por vezes, procura colocar em questão.

Se o gênero é uma construção, deve haver um “eu” ou um “nós” que desempenha ou realiza essa construção? Como pode haver uma atividade, uma construção, sem pressupor um agente que precede e realiza essa atividade? Como poderíamos explicar a motivação e a direção da construção sem esse sujeito? Como resposta, gostaria de sugerir que é preciso uma certa desconfiança em relação à gramática para reconsiderar o assunto sob uma luz diferente. Porque, se o gênero é construído, não é necessariamente construído por um “eu” ou por um “nós” anterior à construção em qualquer sentido espacial ou temporal de “antes”. De fato, não é claro que possa haver um “eu” ou um “nós” que não tenha sido submetido, sujeitado ao gênero, onde isso consiste, entre outras coisas, nas relações de diferenciação pelas quais sujeitos falantes vêm a ser. Sujeitado ao gênero, mas subjetivado pelo gênero, o “eu” nem precede nem se segue ao processo deste tornar-se gênero, mas surge apenas dentro e como a matriz das próprias relações de gênero.

Isso então nos leva de volta à segunda objeção, aquela que afirma que o construtivismo desapropria (*forecloses*) a agência, antecipa a agência do sujeito, e pressupõe o sujeito que ele coloca em questão. Alegar que o sujeito é ele mesmo produzido em e como uma matriz das relações de gênero não é acabar com o sujeito, mas apenas perguntar pelas condições de seu surgimento e operação. A “atividade” deste fazer-se gênero (*gendering*) não pode, a rigor, ser uma ação ou expressão humana, uma apropriação voluntariosa, e certamente *não* é uma questão de assumir uma máscara; é a matriz através do qual todo o querer humano torna-se inicialmente possível, sua condição habilitadora cultural. Neste sentido, a matriz das relações de gênero é anterior ao surgimento do “humano”. Considere a interpelação médica que (apesar do recente surgimento do ultrassom) desloca uma criança a partir de um “isso” para uma “ela” ou um “ele”, e nesta a nomeação a menina é “meninada”, trazida para o domínio da linguagem e do parentesco através da interpelação do gênero. Mas esta “meninada” da menina não termina aí; pelo contrário, este fundamento da interpelação é reiterado por diversas autoridades e ao longo de vários intervalos de tempo este efeito naturalizado será reforçado ou contestado. A nomeação é ao mesmo tempo a fixação de um limite, e também a inculcação repetida de uma norma.

Tais atribuições ou interpelações contribuem para esse campo do discurso e do poder que orchestra, delimita, e sustenta aquilo que qualifica como “o humano”. Vemos isso mais claramente nos exemplos dos seres abjetos que não parecem ter o gênero adequado; é a própria humanidade deles que é colocada em questão. Na verdade, a construção do gênero opera através de meios de *exclusão*, de tal forma que o ser humano não é apenas produzido sobre e contra o desumano, mas através de um conjunto de desapropriações, apagamentos radicais, que são, estritamente falando, a recusa da possibilidade de articulação cultural. Por isso, não é suficiente dizer que os sujeitos humanos são construídos, pois a construção do humano é uma operação diferencial que produz o mais e o menos “humano”, o inumano, o humanamente impensável. Estes lugares excluídos vem limitar o “humano” como o seu exterior

constitutivo, e assombram esses limites como a possibilidade persistente de seu rompimento e rearticulação. (4)

Paradoxalmente, a investigação sobre os tipos de apagamentos e exclusões pelas quais a construção do sujeito opera não é mais construtivismo, mas também não é essencialismo. Pois há um “fora” daquilo que é construído pelo discurso, mas esse não é um “fora” absoluto, um aí ontológico que excede ou contraria os limites do discurso; (5) como um “fora” constitutivo, é aquilo que só pode ser pensado - quando isso é possível - em relação a esse discurso, nas suas fronteiras mais tênues. O debate entre o construtivismo e o essencialismo perde, assim, o ponto da desconstrução por completo, pois o ponto nunca foi de que “tudo é construído discursivamente”; esse ponto, quando e onde é feito, pertence a uma espécie de monismo discursivo ou linguisticismo que recusa a força constitutiva da exclusão, do apagamento, da desapropriação violenta, da abjeção e de seu retorno perturbador dentro dos próprios termos da legitimidade discursiva.

Dizer que há uma matriz de relações de gênero que institui e sustenta o sujeito não é afirmar que há uma matriz singular que age de uma forma singular e determinista para produzir o sujeito como seu efeito. Isso é instalar a “matriz” na posição de sujeito dentro de uma formulação gramatical que precisa ser repensada. Na verdade, a forma proposicional “o discurso constrói o sujeito” mantém a posição-sujeito da formulação gramatical mesmo se ela inverte o lugar do sujeito e do discurso. A construção deve significar mais do que uma simples inversão de tais termos.

Há defensores e críticos da construção que interpretam essa posição de acordo com ideias estruturalistas. Eles frequentemente afirmam que existem estruturas que constroem o sujeito, forças impessoais, como a Cultura ou o Discurso ou o Poder, e estes termos ocupam o lugar gramatical do sujeito depois que o “humano” foi desalojado do seu lugar. Nessa visão, o lugar gramatical e metafísico do sujeito é mantido mesmo que o candidato que ocupa esse lugar pareça ser trocado. Como resultado, a construção ainda é entendida como um processo unilateral iniciado por um sujeito prévio, fortalecendo essa presunção da metafísica do sujeito de que onde há atividade, lá esconde-se por detrás um começo e um sujeito intencional. Por esse ponto de vista, o discurso ou a linguagem ou o social torna-se personificado, e na personificação a metafísica do sujeito é reconsolidada.

Nesta segunda concepção, a construção não é uma atividade, mas um ato, uma que acontece uma vez e cujos efeitos estão bem fixos. Assim, o construtivismo é reduzido ao determinismo e implica o esvaziamento ou o deslocamento da ação humana.

Este ponto de vista informa a leitura errada na qual Foucault é criticado por “personificar” o poder: se o poder for interpretado incorretamente como um sujeito gramatical e metafísico, e se esse lugar metafísico dentro do discurso humanista tem sido o local privilegiado do ser humano, então o poder parece ter deslocado o humano como a origem da atividade. Mas se a visão de Foucault de poder é entendido como a ruptura e a subversão dessa gramática e da metafísica do sujeito, se o poder organiza a formação e a sustentação dos sujeitos, então ela não pode ser explicada em termos do “sujeito” que é o seu efeito. E aqui não seria mais correto alegar que o termo “construção” pertence ao lugar gramatical do sujeito, pois a construção não é nem um sujeito nem seu ato, mas um processo de reiteração pelo qual tanto os “sujeitos” e os “atos” vem a surgir. Não há um poder que atua, mas apenas uma atuação reiterada que é poder em sua persistência e instabilidade.

O que eu gostaria de propor no lugar dessas concepções de construção é um retorno à noção de matéria, não como local ou superfície, mas como *um processo de materialização que se estabiliza ao longo do tempo para produzir o efeito de fronteira, fixidez, e superfície que chamamos matéria*. Que a matéria é sempre materializada é algo, penso eu, que deve ser pensado em relação ao efeito produtor e materializador do poder regulador no sentido foucaultiano. ⁽⁶⁾ Assim, a questão não é mais sobre como o gênero é constituído por meio de uma certa interpretação do sexo (uma pergunta que faz com que a “matéria” do sexo permaneça não teorizada), mas sim, através de quais normas regulatórias o próprio sexo é materializado? E como é que o tratamento da materialidade do sexo como um dado pressupõe e consolida as condições normativas de sua própria emergência?

Fundamentalmente, então, a construção não é nem um único ato, nem um processo causal iniciado por um sujeito que culmina em um conjunto de efeitos fixos. A construção não só tem lugar *no* tempo, mas é ela mesma um processo temporal que opera através da reiteração de normas; o sexo é tanto produzido e desestabilizado no decorrer desta reiteração.⁽⁷⁾ Como um efeito sedimentado de uma prática reiterativa ou ritual, o sexo adquire seu efeito naturalizado, e, ainda assim, é por virtude dessa reiteração que fossos e fissuras são abertos como as instabilidades constitutivas em tais construções, como aquilo que escapa ou excede a norma, como aquilo que não pode ser totalmente definido ou fixado pelo labor repetitivo daquela norma. Esta instabilidade é a possibilidade de desconstituição no próprio processo de repetição, o poder que desfaz os próprios efeitos pelos quais o sexo é estabilizado, a possibilidade de colocar a consolidação das normas do sexo em uma crise produtiva potencial. ⁽⁸⁾

Certas formulações da posição construtivista radical parecem produzir quase compulsivamente um momento de exasperação recorrente, pois parece que quando o construtivista é interpretado como um idealista linguístico, o construtivista refuta a realidade dos corpos, a relevância da ciência, os fatos do nascimento, envelhecimento, doença e morte. O crítico também pode suspeitar que o construtivista tem uma certa somatofobia e procura obter garantias de que esse teórico abstraído vai admitir que há, no mínimo, partes sexualmente diferenciadas, atividades, capacidades, diferenças hormonais e cromossômicas que podem ser admitidas sem referência a “construção”. Embora neste momento eu queira oferecer uma garantia absoluta ao meu interlocutor, alguma ansiedade prevalece. Pois “admitir” a incontestabilidade do “sexo” ou sua “materialidade” é sempre admitir alguma versão do “sexo”, alguma formação de “materialidade”. Não será que o discurso no qual e através do qual ocorre essa concessão - e, sim, essa concessão invariavelmente ocorre -, é em si mesmo formativo do próprio fenômeno que ele admite? Pois dizer que o discurso é formativo não é afirmar que ele se origina, causa, ou exaustivamente compõe aquilo que admite; ao contrário, é dizer que não há referência a um corpo puro que não seja ao mesmo tempo uma nova formação do referido corpo. Neste sentido, a capacidade linguística para se referir a corpos sexuados não é negada, mas o próprio sentido da “referencialidade” é alterado. Em termos filosóficos, a alegação constativa é sempre, em algum grau, performativa.

Em relação ao sexo, então, se admitimos a materialidade do sexo ou do corpo, será que essa admissão opera - performativamente - para materializar o sexo? E, ainda, como é que a admissão reiterada de que o sexo - algo que não precisa ter lugar na fala ou escrita, mas que pode ser “assinalado” de uma forma muito mais incipiente - constitui a sedimentação e a produção desse efeito material?

O crítico moderado pode admitir que *alguma parte* do “sexo” é construída, mas alguma outra certamente não é, e então, naturalmente, ter, ele ou ela, não apenas a

obrigação de traçar a linha entre o que é e o que não é construído, mas explicar como é que o “sexo” vem em peças cuja diferenciação não é uma questão de construção. Mas, na medida em que essa linha de demarcação entre essas partes ostensivas é desenhada, o “não-construído” torna-se limitado, uma vez mais, através de uma prática de significação, e o próprio limite que se destina a proteger uma parte do sexo da mácula do construtivismo é agora definido pela própria construção do construtivista. A construção é algo que acontece a um objeto pronto, uma coisa pré-dada, e isso acontece *em graus*? Ou será que estamos talvez nos referindo em ambos os lados do debate a uma prática inevitável de significação, de demarcação e delimitação a que nós, em seguida, “nos referimos”, de tal modo que as nossas “referências” sempre pressupõem - e muitas vezes escondem - esta delimitação anterior? Na verdade, “referir-se” ingenuamente ou diretamente a um tal objeto extra-discursivo exigirá sempre a delimitação prévia do extra-discursivo. E na medida em que o extra-discursivo é delimitado, ele é formado pelo próprio discurso do qual pretende libertar-se. Essa delimitação, que muitas vezes realiza-se como um pressuposto não-teorizado em qualquer ato de descrição, marca uma fronteira que inclui e exclui, que decide, por assim dizer, o que vai e não vai ser o material do objeto a que então se refere. Este marcação terá alguma força normativa e, de fato, alguma violência, pois ela pode construir apenas através do apagamento; ela pode limitar uma coisa somente através da imposição de um determinado critério, um princípio de seletividade.

O que vai e o que não vai ser incluído dentro dos limites do “sexo” será definido por uma operação mais ou menos tácita de exclusão. Se colocamos em questão a fixidez da lei estruturalista que divide e limita os “sexos” em virtude de sua diferenciação diádica dentro da matriz heterossexual, será a partir das regiões exteriores àquele limite (não a partir de uma “posição”, mas a partir das possibilidades discursivas abertas pelo exterior constitutivo de posições hegemônicas), e constituirá o retorno disruptivo dos excluídos de dentro da própria lógica do heterossexual simbólico.

A trajetória deste texto, em seguida, irá em busca da possibilidade de tal interrupção, mas procedendo indiretamente, respondendo a duas questões inter-relacionadas que foram colocada nas elucidações construtivistas de gênero, não para defender o construtivismo, por si só, mas para interrogar os apagamentos e exclusões que constituem seus limites. Estas críticas pressupõem um conjunto de oposições metafísicas entre o materialismo e o idealismo embutidos na gramática que, como vou argumentar, são criticamente redefinidas por uma reescritura pós-estruturalista da performatividade discursiva, na forma como ela opera na materialização do sexo.

Nota 3. Veja Sherry Ortner, “Is Female to Male as Nature is to Culture?”, em *Woman, Culture, and Society*, Michele Rosaldo e Louise Laphere (Stanford: Stanford University Press, 1974) pp. 67-88.

Nota 4. Para uma abordagem diferente, mas relacionada a esta problemática de exclusão, abjeção e a criação “do humano”, veja Julia Kristeva, *Powers of Horror: An essay on Abjection*, tr. Leon Roudiez (New York: Columbia University Press, 1982); John Fletcher e Andrew Benjamin, eds., *Abjection, Melancholia and Love: the Work of Julia Kristeva* (New York and London: Routledge, 1990); Jean-François Lyotard, *The Inhuman: Reflections on Time*, tr. Geoffrey Bennington and Rachel Bowlby (Stanford: Stanford University Press 1991)

Nota 5. Para uma leitura muito provocativa que mostra como o problema da referencialidade linguística está ligado com o problema específico da referencia a corpos, e o que se poderia entender por “referencia” em tal caso, veja Cathy Caruth, “The Claims of Reference”, *The Yale Journal of Criticism*, vol. 4, no. 1 (Fall 1990): pp. 193-206

Nota 6. Muito embora Foucault distinga entre modelos do poder jurídicos e produtivos, na História da Sexualidade, volume 1, argumentei que os dois modelos se pressupõem. A produção

de um sujeito – sua sujeição (assujétissement) – é um meio de sua regulação. Veja meu “Sexual Inversions”, em Domna Stanton, ed., *Discourses of Sexuality* (Ann Arbor: University of Michigan Press, 1992) pp. 344-61.

Nota 7. Não é apenas uma questão de interpretar a performatividade como uma repetição de atos, como se “atos” permanecessem intactos e idênticos a si mesmos como se fossem repetidos no tempo, e onde “tempo” fosse compreendido como externo aos próprios “atos”. Ao contrário, um ato é ele mesmo uma repetição, uma sedimentação e uma coagulação do passado que é precisamente excluído em seu status de ato (*act-like*). Nesse sentido um ato é sempre um fracasso de suprimento da memória. No que se segue, eu faço uso da noção lacaniana que todo ato deve ser interpretado como uma repetição, a repetição do que não pode ser lembrado, do irrecuperável, e é portanto o espectro que assombra a desconstituição do sujeito. A noção derridiana de iterabilidade, formulada em resposta à teorização dos atos de fala por John Searle e J. L. Austin, também implica que o próprio ato é ele mesmo uma recitação, a citação de uma cadeia anterior de atos que estão implicados em um ato presente e que perpetuamente esvaziam qualquer ato “presente” de sua presentidade. Veja a nota 9, abaixo, para a diferença entre uma repetição a serviço da fantasia da mestria (i.e., uma repetição de atos que constroem o sujeito, e dos quais se diz que são atos construtivos ou constitutivos de um sujeito) e uma noção de repetição-compulsão, que vem de Freud, que separa aquela fantasia de mestria e coloca seus limites.

Nota 8. A noção de temporalidade não deve ser interpretada como uma simples sucessão de distintos “momentos”, onde todos estão igualmente distantes uns dos outros. Esse tipo de mapeamento espacializado do tempo substitui um certo modelo matemático para o tipo de duração que resiste essas metáforas espacializadoras. Os esforços para descrever ou nomear esse breve espaço de tempo tendem a desencadear cartografias espaciais, como argumentaram filósofos, desde Bergson até Heidegger. Assim, é importante sublinhar o efeito da *sedimentação* que a temporalidade da construção implica. Aqui, o que se chama de “momentos” não são unidades distintas e equivalentes do tempo, pois o “passado” será a acumulação e o congelamento de tais “momentos” até o ponto de sua não-distinção. Mas também consistirá naquilo que é recusado para construção, os domínios do reprimido, esquecido e o irrecuperavelmente desapropriado. Aquilo que não é incluído – exteriorizado pelos limites – como um constituinte fenomenal do efeito de sedimento chamado de “construção” será tão crucial para sua definição como aquilo que é incluído; esta exterioridade não é distinguível como um “momento”. Na verdade, a noção de momento pode muito bem não ser outra coisa do que uma fantasia retrospectiva do domínio matemático imposto sobre as durações interrompidos do passado.

Argumentar que a construção é fundamentalmente uma questão de iteração é fazer da modalidade temporal da “construção” uma prioridade. Na medida em que uma tal teoria exige uma espacialização do tempo através da postulação de momentos discretos e limitados, uma espacialização da própria temporalidade, que se poderia, de acordo com Heidegger, entender como a redução da temporalidade ao tempo.

A ênfase foucaultiana nas relações *convergentes* de poder (que poderíamos, de forma tentativa, contrastar com a ênfase de Derrida na iterabilidade) implica um mapeamento das relações de poder que, no curso de um processo genealógico, formam um efeito construído. A noção de convergência pressupõe tanto movimento quanto espaço; como resultado, ela parece eludir o paradoxo notado acima no qual a própria elucidação da temporalidade exige a espacialização do “momento”. Por outro lado, a elucidação de Foucault da convergência não teoriza completamente o que está operando no “movimento” pelo qual se diz que o poder e o discurso convergem. Em certo sentido, o “mapeamento” do poder não teoriza completamente a temporalidade.

De maneira significativa, a análise de Derrida da iterabilidade deve ser distinguida da simples repetição na qual as distâncias entre os “momentos” temporais são tratadas como uniformes em suas extensões espaciais. O “estar entre” que diferencia os “momentos” do tempo não são tais que possam, em termos derridianos, ser especializados ou limitados como objetos identificáveis. É a diferença (*différance*) não tematizável que erode e contesta qualquer das alegações a uma identidade discreta, incluindo a identidade discreta do “momento”. O que diferencia os momentos não é uma duração espacial estendida, pois se fosse assim, ela também contaria como um “momento”, e assim falharia em elucidar aquilo que está entre os momentos.

Este “entre”, aquilo que é ao mesmo tempo “entre” e “fora”, é algo como o espaço não tematizável e o tempo não tematizável, na medida em que convergem.

O vocabulário de Foucault sobre a construção inclui termos como “aumento”, “proliferação” e “convergência”, todos os quais presumem um domínio temporal não teorizado explicitamente. Parte do problema aqui é que enquanto Foucault parece querer que sua elucidação dos efeitos genealógicos seja historicamente específica, ele favoreceria uma elucidação da genealogia sobre uma elucidação filosófica da temporalidade. No “The Subject and Power” (Hubert Dreyfus e Paul Rabinow, eds., *Michel Foucault: beyond Structuralism and Hermeneutics* (Chicago: Northwestern University Press, 1983), Foucault se refere à “diversidade da ... sequencia lógica” que caracteriza as relações de poder. Ele, sem dúvida, rejeita a aparente linearidade implicada por modelos de iterabilidade que os ligam com a linearidade dos velhos modelos da sequencia histórica. E mesmo assim não temos uma especificação de “sequencia”: será que é a própria noção de “sequencia” que varia historicamente ou existem configurações de sequencias que variam, com a própria sequencia permanecendo invariante? A formação social específica e a figuração da temporalidade é, de alguma forma, não atendida pelas duas posições. Aqui a gente poderia consultar o trabalho de Pierre Bourdieu para compreender a temporalidade da construção social.